





A questão racial na produção acadêmica do serviço social

The racial issue in the academic output of social work


Juliana Viana FORD*

 <https://orcid.org/0000-0001-9169-0569>

Gustavo José de Toledo PEDROSO**

 <https://orcid.org/0000-0001-6555-0175>

Fernanda Andrade GARCIA***

 <https://orcid.org/0000-0003-2023-1167>

Resumo: Este artigo aborda a relação entre questão racial e produção de conhecimento acadêmico, especialmente para o serviço social brasileiro. É resultado de pesquisa bibliográfica, e tem por objetivo provocar e adensar reflexões sobre como a questão racial reverbera na produção intelectual do serviço social. Duas partes compõem o texto: na primeira, são demonstradas as condições de existência da ideia de raça e da suposta universalidade do conhecimento acadêmico sob o processo de expansão capitalista. A segunda parte é uma problematização da incorporação da questão racial à produção de conhecimento na área do serviço social, a partir de algumas considerações acerca da ampliação dos cursos de pós-graduação na década de 1970 e do processo de reformulação dos fundamentos e do perfil profissionais nos anos 80.

Palavras-chave: Serviço social. Questão racial. Produção acadêmica.

Abstract: This article discusses the relationship between the racial issue and the production of academic knowledge in Brazilian social work. It is the result of bibliographical research and aims to provoke and deepen reflections on how the racial issue reverberates within the intellectual output of social work. The text consists of two parts: in the first, the conditions for the existence of the idea of race and the supposed universality of academic knowledge under the process of capitalist expansion are demonstrated. The second part is a questioning of the incorporation of the racial issue into the production of knowledge in social work, based on some considerations regarding the expansion of graduate courses in the 1970s and the process of reformulation of fundamentals and of the professional profile in the 1980s.

Keywords: Social work. Racial issue. Academic output.

Submetido em: 20/12/2021. Revisado em: 23/4/2022. Aceito em: 30/3/2022.

* Assistente social. Mestre em Serviço Social. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP, Franca, Brasil). Av. Eufrásio Monteiro Petraglia, nº 900, Bairro: Jardim Antônio Petraglia, Franca (SP), CEP: 14409-160. E-mail: ju_ford@hotmail.com.

** Filósofo. Doutor em Filosofia. Prof.º da Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. (UNESP, Franca, Brasil). Av. Eufrásio Monteiro Petraglia, nº 900, Bairro: Jardim Antônio Petraglia, Franca (SP), CEP: 14409-160. E-mail: gustavo.pedroso@unesp.br.

*** Assistente Social. Mestre em Serviço Social. Pesquisadora do FIAPO. (UNESP, Franca, Brasil). Av. Eufrásio Monteiro Petraglia, nº 900, Bairro: Jardim Antônio Petraglia, Franca (SP), CEP: 14409-160. E-mail: fernanda.garcia@unesp.br.



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 Acesso Aberto Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

Introdução

Para além de ser uma profissão reconhecida no âmbito da divisão social e técnica do trabalho, pelo caráter interventivo das ações que desenvolve, o serviço social brasileiro tornou-se uma área específica do conhecimento pertencente ao campo das ciências sociais aplicadas, com uma rica e densa produção acadêmica. Os estudos sobre questão social e políticas sociais, por exemplo, interessam a pesquisadores de diferentes formações, alguns dos quais chegam a buscar os cursos de mestrado e de doutorado na área. A consolidação da dimensão investigativa do serviço social pode ser observada pela presença de importantes obras de autoras e autores brasileiros em países da América Latina, sobretudo no que diz respeito ao estudo dos fundamentos profissionais sob a matriz teórica do marxismo.

Considerando, no entanto, que a produção de conhecimento do serviço social foi e é atravessada por condições objetivas, de caráter histórico, cultural e ideológico que dela independem, o seu desenvolvimento conjuga avanços e limites epistemológicos assim como nos demais campos do saber. Entre os limites conhecidos, interessa-nos abordar como a questão racial impacta na elaboração de saberes próprios do serviço social. Textos recentes acerca do tema têm apontado a ausência e/ou insuficiente análise da questão de raça¹ por assistentes sociais. Denunciam essa situação as autoras Márcia Eurico, Roseli Rocha, Renata Gonçalves, Ivone Maria Ferreira da Silva, entre outras e outros.

Neste texto procuramos identificar as condições que estão por trás da forma como é produzido o conhecimento acadêmico, ou seja, sob o domínio do capital e das desigualdades entre centro e periferia. E ainda, quais os possíveis entraves para que a questão racial fosse assimilada aos interesses de pesquisa do serviço social no contexto da sua consolidação como área do conhecimento acadêmico, por meio da ampliação dos cursos de pós-graduação. O que inclui pensar o processo de modernização nacional, o movimento de reformulação das estruturas profissionais, e a aproximação ao marxismo.

Os argumentos apresentados na primeira parte do texto tratam de relacionar o conhecimento acadêmico, de bases científicas e viés universal, com processos de racialização de povos diversos e a expansão mundializada do capital, de maneira a dar algumas pistas sobre o cenário macrossocial. Na segunda parte, os argumentos anteriores são pensados a partir da trajetória de modernização do serviço social brasileiro em meio aos processos de expansão universitária, fomentados pelo projeto nacional desenvolvimentista vinculado a interesses externos de ajuste econômico, político e sociocultural do país.

¹ Raça é um termo cujo significado sempre esteve ligado ao ato de classificar seres humanos, o que remonta ao século XVI. Antes da expansão econômica mercantilista e a exploração do novo mundo, que configuram a modernidade, o ser humano era relacionado ao pertencimento a uma comunidade política ou religiosa. Todavia, o contexto da expansão comercial burguesa e da cultura renascentista possibilitou a construção do moderno ideário filosófico, sob o qual o europeu foi transformado no homem universal, e os não europeus em variações inferiores. Foi a partir do iluminismo que a ideia de raça ganhou relevância social, tendo em vista a formulação da noção de homem pela filosofia moderna. Esse passou a ser visto não apenas como sujeito cognoscente, mas como o principal objeto do saber filosófico. Por consequência, foram criadas as ciências econômicas, políticas, a sociologia, a psicologia, entre outras. “Do ponto de vista intelectual, o iluminismo constituiu as ferramentas que tornariam possível a *comparação* e, posteriormente, a *classificação*, dos mais diferentes grupos humanos a partir de características físicas e culturais. Surge então a distinção filosófico-antropológica entre *civilizado* e *selvagem*, que no século seguinte [XIX] daria lugar para o dístico *civilizado* e *primitivo*”. Nesse contexto, o processo civilizador que atravessou o oceano e significou a exploração e morte de povos primitivos se deu com a expansão dos valores do liberalismo, cujo fundamento filosófico foi o iluminismo (ALMEIDA, 2018, p. 20-21, grifo do autor).

Racismo e produção científica do conhecimento: uma abordagem dialética

Ao pensar as possíveis conexões entre raça e ciência nota-se que o caminho mais curto para a suposta crítica é aquele em que o universalismo é despotencializado do sentido de ampliação das capacidades humanas, sob o argumento de que serve para promover interesses de dominação e de opressão. Pesa sobre essa interpretação uma visão unilateral da ciência que desconsidera a criação dos meios necessários para pôr fim à submissão do homem à natureza e na qual o negativo dessa forma de explicar a realidade só poderá existir como algo apartado dela, sem relação com as estruturas a serem superadas. As manifestações radicais anti-ciência em face da crise sanitária provocada pela pandemia de Covid-19 apontam para os riscos de andar pelo caminho mais curto em direção à crítica unilateral. Nele, perde-se algo valioso para conceber os temas raça e ciência: o caráter de totalidade da realidade. A fim de evitar tal equívoco, as considerações reunidas neste texto tomam como referência a Teoria Crítica², sobretudo na forma como essa se relaciona com a dialética. A esse respeito, é interessante que nos voltemos para o prefácio³ de Vladimir Safatle (2017) à edição brasileira de *Hegel e o Haiti*, ensaio escrito por Susan Buck-Morss.

Para Safatle (2017), a autora considera que a escravidão não foi negligenciada pela filosofia moderna, mas que, ao contrário, a presença da escravidão no centro das reflexões da filosofia moderna redimensionou o discurso da emancipação. O momento em que ocorreu esse redimensionamento foi o da constituição de uma teoria do reconhecimento. Ou seja, no momento em que o sujeito deixou de existir para a filosofia como expressão do eu, como elaboração individualizada, e passou a existir como resultado de processos sociais, de tensões, de conflitos e de reconhecimento.

[...] pensar o fundamento dos processos de reconhecimento a partir da superação da escravidão implica modificações maiores na própria metafísica naturalizada em certa forma hegemônica de pensar a emancipação. Pois se trata de lembrar que o que era ‘coisa’, o que era ‘propriedade’, transforma-se em agente, de modo que o que era mero objeto apareça agora como sujeito. Movimento este que modifica não apenas as ‘coisas’, mas que destitui também aqueles que até então eram ‘sujeitos’ apenas à força da exclusão e da expropriação (SAFATLE, 2017, p. 11).

A escravidão recolocou os desafios da realização da universalidade ao demandar que os escravizados se apropriassem das estruturas da Revolução Francesa e as utilizassem contra os

² Atualmente, o que chamamos de Teoria Crítica é uma designação originada nos Estados Unidos que diz respeito aos autores integrantes da Escola de Frankfurt, o primeiro Instituto de pesquisa marxista ligado à Universidade Alemã. Essa designação surgiu, a princípio, em dois artigos: *Traditional and Critical Theory*, de Max Horkheimer, e *Philosophy and Critical Theory*, de Herbert Marcuse; ambos publicados na revista *Zeitschrift für Sozialforschung* em 1937. O termo Teoria Crítica conferiu certa coerência a um grupo de marxistas heterodoxos, que era, na verdade, internamente diverso, que se encontrava frequentemente em desacordo e que compreendia um amplo espectro disciplinar, incluindo “[...] a psicologia social (Fromm, Marcuse, Horkheimer), economia política e formação do Estado (Pollock e Neumann), direito e teoria constitucional (Kirchheimer, Neumann), ciência política (Gurland, Neumann), filosofia e sociologia (Adorno, Horkheimer, Marcuse), cultura (Löwenthal, Adorno), musicologia (Adorno), estética (Adorno, Löwenthal, Marcuse) e tecnologia social (Gurland, Marcuse)” (BEST; BONEFELD; O’KANE, 2018, p. 1, tradução nossa).

³ Embora preliminar, o texto escrito por Safatle (2017) destaca o salto dado por Buck-Morss ao desvendar o clássico de Hegel trazendo para o centro da sua concepção a superação da relação senhor e escravizados como elemento essencial na busca pela universalidade. Dessa forma, rechaça a versão de que desde a origem a ciência negligencia a questão racial como se a construção de sociedades plenamente desenvolvidas pudesse acontecer sem a dissolução das estruturas sociais escravistas. A riqueza desta argumentação justifica o seu uso como uma referência.

senhores. Nesse sentido, a libertação humana não pode ocorrer sem que haja a libertação dos povos racializados das forças materiais e subjetivas que promovem a expansão de capitais do centro para as regiões de periferia do sistema. A alteração na concepção de sujeito e objeto na filosofia, a partir da escravidão, contrapôs o universalismo às forças que o tornaram possível. Enquanto a dinâmica entre senhor e escravizado não for invertida, só haverá momentos de uma falsa universalidade. “No entanto, esse movimento não é apenas a reversão da opressão a partir do sistema de ideias que o próprio opressor produz sem saber e sem ser capaz de realizar [...]”, afirmou Safatle (2017, p. 11). “Tal reversão é ressonância geral de experiências de igualdade vindas de localidades dispersas” (SAFATLE, 2017, p. 11).

A igualdade, aqui, não é um conceito abstrato que, na aparência, equipara o escravizado ao senhor pela via dos direitos. Não se trata de fazer parecer que o escravizado ascendeu a senhor, porque assim as estruturas socioeconômica, culturais e ideológicas que produziram a relação entre senhor e escravizado são mantidas. Dessa forma, há uma mudança apenas de percepção da realidade, de entendimento. Como aponta Safatle: “[...] os verdadeiros processos de reconhecimento não serão reconições do que existia antes. Há uma diferença de natureza entre reconição e reconhecimento. Os verdadeiros processos de reconhecimento serão uma produção e uma metamorfose generalizada” (SAFATLE, 2017, p. 11). A autolibertação do escravizado significa o fim do mundo como o conhecemos - das relações vigentes em torno da propriedade e balizadas pela individualidade -, e a reconfiguração dos modos gerais de existir e de elaborar a própria existência. Pois, a história é feita de momentos em que a humanidade supera a si mesma e ultrapassa os limites da autodeterminação.

Neste sentido, Clóvis Moura (1994) considera que o viés ideológico que atravessa as ciências explica o silêncio dos intelectuais da modernidade a respeito deste obstáculo fundamental à materialização da universalidade, que é a recolocação da dinâmica das relações escravocratas no mundo. Em seu artigo *O racismo como arma ideológica de dominação* ele aborda a ideia de raça e a produção de conhecimento pautada pelo método científico, do ponto de vista da construção e reconstrução de uma ideologia que justifica uma visão distorcida da realidade. Na contramão do universalismo que desenvolve valores humanos essenciais para o alcance da liberdade, e que considera a questão da escravidão como decisiva para a humanidade, tomou forma um discurso supostamente científico acoplado à ideia de raça que funcionou, e ainda funciona, para manter as estruturas de uma época. Moura enfatizou que o racismo

[...] não é uma conclusão tirada dos dados da ciência, de acordo com pesquisas de laboratório que comprovem a superioridade de um grupo étnico sobre outro, mas uma ideologia deliberadamente montada para justificar a expansão dos grupos de nações dominadoras sobre aquelas áreas por eles dominadas ou a dominar. Expressa portanto uma ideologia de dominação, e somente assim pode-se explicar sua permanência como tendência de pensamento. Vê-lo como uma questão científica cuja última palavra seria dada pela ciência é plena ingenuidade, pois as conclusões da ciência condenam o racismo e nem por isso ele deixa de desempenhar um papel agressivo no contexto das relações locais, nacionais e internacionais (MOURA, 1994, p. 28).

Para o autor, o racismo funciona como uma ideologia dominante que se reveste de uma roupagem científica, mesmo não sendo ciência. “É exatamente nesta confluência do capitalismo com as doutrinas biológicas da luta pela vida e a sobrevivência do mais apto que o racismo se apresenta como corrente ‘científica’. Surge, então, a idéia de raça como chave da história” (MOURA, 1994, p. 29). O racismo é uma ideologia de dominação capitalista que opera em escala global sobre os países, e neles sobre as classes sociais.

No caso da América Latina, o racismo, como ideologia do colonialismo, penetrou fundo no pensamento da elite intelectual colonizada. Todo o arsenal 'científico' que vinha da Europa sobre a questão racial era aqui repetido sem ser filtrado, não porque fosse a 'última palavra da ciência', mas porque já vinha com o julgamento das metrópoles. (MOURA, 1994, p. 31).

A penetração das referências culturais do centro na periferia do mundo capitalista, de forma legítima, constituiu o cenário para a formação de uma intelectualidade brasileira que, pelo menos desde a Independência, enfrentava o problema do "[...] sentimento da contradição entre a realidade nacional e o prestígio ideológico dos países que nos servem de modelo [...]" (SCHWARZ, 1987, p. 30). Tal sentimento de inadequação, forjado nas diferenças que aproximam e distanciam uma zona da outra, foi um indutor da busca pelo genuinamente nacional e sem misturas. O avanço da internacionalização do capital fez com que muitas das questões ligadas a essa busca perdessem a verossimilhança devido à maior uniformização das relações econômicas, culturais e políticas⁴. No entanto, é interessante notar que o nacionalismo que emergiu como a negação do que não é nativo da realidade brasileira, almejava um purismo que, diante do processo de globalização, tornou-se retrógrado e ultrapassado, mas que foi retomado pela ascensão da extrema direita no país, nos últimos tempos. Conforme argumentou Moura, o racismo continua servindo como instrumento ideológico de dominação das elites nacionalistas e do capital internacional; assim como as movimentações, no Brasil, no sentido de prolongá-lo ou confrontá-lo, muitas vezes ainda se pautam fortemente pela adesão às formulações produzidas nos países centrais sobre a questão racial. Isso ocorreu em momentos diversos da história recente, como, por exemplo, no período da Segunda Guerra Mundial.

Durante a ascensão do nazismo e do fascismo na Europa, houve, no Brasil, um movimento intelectual de recomposição ideológica do racismo por meio do movimento higienista. Com a derrota do Eixo, a comunidade científica (antropólogos, sociólogos, geneticistas etc.) posicionou-se contra os postulados supostamente científicos no julgamento das raças. Os intelectuais brasileiros reagiram ao posicionamento adotado em nível internacional e assumiram uma postura de rechaço aos argumentos racistas fundados apenas no estudo dos organismos biológicos, sem considerar outros fatores na composição das raças. Apesar desse marco recente no campo das pesquisas científicas, o distanciamento entre essa forma de conhecimento e a ideologia de cunho racista não é unânime. Já é sabido que tecnologias nas áreas da biologia e da engenharia genética são usadas para selecionar as características fenotípicas dos indivíduos da população. "Em outras palavras, os detentores dessa sofisticada tecnologia podem programar, por exemplo, a cor da humanidade ou de alguns grupos ou populações (de acordo com os seus critérios de valores étnicos considerados de 'maus genes'" (MOURA, 1994, p. 36).

No campo das ciências sociais, o pensamento social racista, introjetado por boa parte da população brasileira, é apoiado, mesmo que indiretamente, pela reivindicação de uma imparcialidade que sempre organiza as estruturas do pensamento científico. Desse modo, a

⁴ As questões que perderam a verossimilhança eram aquelas formuladas pelos nacionalistas (alguns deles de esquerda) no final dos anos 1960: "[...] como seria a cultura popular se fosse possível preservá-la do comércio e, sobretudo, da comunicação de massa? O que seria uma economia nacional sem mistura?" (SCHWARZ, 1987, p. 32). Elas muitas vezes foram concebidas de formas ufanistas e ilusórias, associando-se, assim, ao provincianismo e à minimização do papel das formas arcaicas de opressão na sociedade brasileira. O mesmo Schwarz lembra, porém, que "[...] imposição ideológica externa e expropriação cultural do povo são realidades que não deixam de existir porque há mistificação na fórmula dos nacionalistas a respeito. Estes mal ou bem estiveram ligados a conflitos efetivos e lhes deram alguma espécie de visibilidade" (SCHWARZ, 1987, p. 34).

ciência deixa de estabelecer um compromisso com “[...] uma práxis capaz de determinar parâmetros conclusivos e normas de ação para a solução do problema racial brasileiro nos seus diversos níveis e implicações” (MOURA, 1988, p. 18). É sob essas condições que os primeiros estudos sobre o negro brasileiro o interpretavam “[...] não como um ser socialmente situado numa determinada estrutura, isto é, como escravo e/ou ex-escravo, mas como simples componente de uma cultura diferente do *ethos* nacional” (MOURA, 1988, p. 20)⁵.

Todavia, se no caso dos países colonizados a ciência é apartada do desenvolvimento de uma práxis elucidativa e transformadora da realidade social na medida em que se baseia predominantemente em referências recebidas do exterior, a recusa dessas referências sob o argumento de que não servem para pensar uma realidade específica como a nossa não resolve a questão. Isso porque apenas nega a dinâmica global entre centro e periferia do capitalismo e não apresenta uma saída para a separação entre teoria e prática.

Ora, os caminhos para se pensar esse problema não precisariam ficar presos à reiteração de formulações recebidas do exterior, nem tampouco a simplesmente recusar tais formulações. Em sua condição de país periférico, o Brasil foi recorrentemente caracterizado a partir da continuidade da junção de arcaico e moderno que nele se observa. Sucessivas gerações de intelectuais se esforçaram para compreender esse fenômeno a partir de diferentes referenciais teóricos. As dificuldades de conceber uma interpretação dialética da realidade brasileira que avance sobre a dicotomia entre atraso e moderno, e desvele a relação de mutualidade entre estas duas instâncias de realização da vida social no país, foram tratadas por Schwarz no ensaio *Um seminário de Marx*. Nele, o crítico literário aborda as inovações de um grupo de intelectuais paulistas⁶ do final dos anos 1950 interessados no estudo dos textos de Karl Marx. Uma destas inovações referia-se “[...] à aplicação de categorias sociais européias (sem exclusão das marxistas) ao Brasil e às demais ex-colônias, um procedimento que leva ao equívoco, ao mesmo tempo que é inevitável e indispensável” (SCHWARZ, 1999, p. 95). A questão é formulada por Schwarz nos seguintes termos:

[...] nos países saídos da colonização, o conjunto de categorias históricas plasmadas pela experiência intra-européia passa a funcionar num espaço com travejamento sociológico diferente, diverso mas não alheio, em que aquelas categorias nem se aplicam com propriedade, nem podem deixar de se aplicar, ou melhor, giram em falso mas são a referência obrigatória, ou, ainda, tendem a um certo formalismo. Um espaço diverso, porque a colonização não criava sociedades semelhantes à metrópole, nem a ulterior divisão internacional do trabalho igualava as nações. Mas um espaço de mesma ordem, porque também ele é comandado pela dinâmica abrangente do capital,

⁵ As imbricações entre a produção de referências teóricas sobre o negro na sociedade brasileira e a cultura foram tratadas por Moura (1988) nos seguintes termos: “[...] sem querermos fazer uma análise sistemática da bibliografia pertinente daquele tempo, queremos destacar que esse pensamento social era subordinado a uma estrutura dependente de tal forma que os conceitos chamados científicos chegavam para inferiorizá-la a partir de sua auto-análise. Isto é, não queríamos aceitar a nossa realidade étnica, pois ela nos inferiorizaria, criando a nossa *inteligência* uma realidade mítica, pois somente ela compensaria o nosso ego nacional, ou melhor, o ego das nossas elites que se diziam representativas do nosso *ethos* cultural” (MOURA, 1988, p. 19).

⁶ A respeito da composição desse grupo, Schwarz diz: “Quando o seminário começou a se reunir, as figuras constantes eram [José Arthur] Giannotti, Fernando Novais, Paul Singer, Octavio Ianni, Ruth e Fernando H. Cardoso. Com estatuto de aprendizes, apareciam também alguns estudantes mais metidos: Bento Prado Jr., [Francisco] Weffort, Michel Löwy, Gabriel Bolaffi e eu. A composição era multidisciplinar, de acordo com a natureza do assunto, e estavam representadas a filosofia, a história, a economia, a sociologia e a antropologia. Vivíamos voltados para a universidade, mas nos reuníamos fora dela, para estudar com mais proveito, a salvo da compartimentação e dos estorvos próprios à instituição” (SCHWARZ, 1999, p. 87).

cujos desdobramentos lhe dão a regra e definem a pauta. À distância, esta meia vigência das coordenadas européias — uma configuração desconcertante e *sui generis*, que requer malícia diferencial por parte do observador — é um efeito consistente da gravitação do mundo moderno, ou do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, para usar a expressão clássica. Já na perspectiva das ex-colônias, mais ou menos melhoristas pela força do ponto de partida, esperançosas e empenhadas na generalização local dos benefícios do progresso, a articulação inevitável de modernidade e desagregação colonial aparece como anomalia pátria, uma originalidade nos momentos de otimismo, uma diferença vergonhosa nos demais, mas sempre um desvio do padrão civilizado (SCHWARZ, 1999, p. 95).

A dinâmica entre arcaico e moderno funda não só as nossas relações, mas também o modo como elas ainda são pensadas. Há, por um lado, a justificada desconfiança de que a produção de conhecimento baseada na experiência europeia seja inerentemente contrária à busca pela libertação dos povos colonizados e escravizados - posição que desconsidera o embate entre universalismo e as forças de reprodução do capitalismo -; mas há também, por outro lado, um olhar para a realidade brasileira que é alheio à sua formação colonial, produto da relação com os países considerados civilizados, e emprega as referências europeias sem as devidas mediações, como se as particularidades dessa realidade fossem defeitos essenciais, anomalias, sinais de uma crônica inadequação ao progresso⁷.

Assim como para a esquerda no país⁸, uma outra fase dos estudos sobre o negro brasileiro, que criticasse os pressupostos teóricos e metodológicos da abordagem científica do tema sem negá-los por completo, mas atualizando-os quanto aos processos da nossa formação nacional, pôde ser construída sob a movimentação social dentro e fora dos centros de pesquisa, ocasionada pelas interações estabelecidas com o resto do mundo no pós-guerra. A revisão do que Moura (1988) chamou de generalidades, ou lugares-comuns, ditos sobre o negro no Brasil, como o mito da democracia racial, possibilitou a criação de “[...] nódulos de resistência, tensão ou conflitos sócio-racistas [...]” (MOURA, 1988, p. 31) e o surgimento de entidades negras que complementavam as pesquisas baseadas em parâmetros acadêmicos com uma práxis atuante, favorecendo a organização do negro para o enfrentamento de problemas étnicos⁹.

À luz dessas considerações iniciais em torno da ideia de raça e da produção científica de conhecimento, procuraremos agora apontar como os elementos situados no texto podem ajudar a pensar os limites da abordagem do tema questão racial pelo serviço social.

⁷ Acerca desse problema, Schwarz (1999) definiu o arrojo do grupo de intelectuais do qual fez parte: “Às apalpadelas, havia consciência no seminário de que sem crítica e invenção categorial — ou seja, sem a superação da condição mental passiva, de consumidores crédulos do progresso das nações adiantadas (e também das atrasadas) — não seria possível dar boa conta da tarefa histórico-sociológica posta em nossos países. Noutras palavras, faria parte de uma inspiração marxista conseqüente um certo deslocamento da própria problemática clássica do marxismo, obrigando a pensar a experiência histórica com a própria cabeça, sem sujeição às construções consagradas que nos serviam de modelo, incluídas aí as de Marx” (SCHWARZ, 1999, p. 96).

⁸ A realização dos seminários de Marx da Faculdade de Filosofia a partir de 1958 teve como pano de fundo a “[...] divulgação das realidades inaceitáveis da União Soviética e da vida interna dos partidos comunistas [...]” (SCHWARZ, 1999, p. 88) após a morte de Stalin, em 1953, bem como a Revolução Cubana de 1959.

⁹ “Evidentemente que não se pode falar, ainda, em uma consciência plenamente elaborada, mas de uma posição crítica em processo de radicalização a tudo, ou quase tudo, o que foi feito antes, quando se via o negro apenas como objeto de estudo e nunca como sujeito ativo no processo de elaboração do conhecimento científico” (MOURA, 1988, p. 31).

Questão racial e produção de conhecimento no serviço social

Os primeiros cursos de pós-graduação em serviço social foram criados na década de 1970, de modo que a produção acadêmica na área se iniciou sob condições forjadas pela ditadura militar. Estava em curso no país um projeto de modernização conservadora baseado no ajuste econômico, social e cultural entre periferia e centro do sistema capitalista, cuja meta era a intensificação das relações de dependência e subordinação existentes. Nesse sentido, o estímulo à produção acadêmica no Brasil estava vinculado, sobretudo, a interesses externos e as elites locais sintonizadas com uma certa ideia de desenvolvimento concebido na forma da modernização conservadora, o que lhe conferia um caráter elitista.

A pós-graduação em serviço social, no Brasil, foi configurada sob a demanda de formação de profissionais ajustados ao projeto de modernização conservadora, com “[...] claro perfil tecnológico e parametrizada pelo modelo norte-americano” (GUERRA, 2011, p. 131). Ela nasceu, portanto, a partir de um plano de expansão do ensino no país baseado em critérios de desenvolvimento social estipulados por instituições financeiras internacionais, que avançou pelas décadas seguintes modificando as estruturas do sistema educacional. “Prioriza-se a formação que atenda as orientações do Banco Mundial, sendo que democratizar passa a ser sinônimo de uma inserção, ainda que precarizada, em instituições de ensino, seja pública ou privada [...]” (GUERRA, 2010, p. 724).

Na mesma época, tomou forma na América Latina um movimento questionador do viés conservador e das influências estrangeiras na profissão. No Brasil, os esforços de parte da categoria de assistentes sociais interessada em discutir e ressignificar os fundamentos teóricos e práticos do serviço social foram impulsionados por uma vanguarda formada no espaço das universidades – locais de resistência à ditadura. Tal processo foi marcado pela disputa entre correntes conservadoras alinhadas ao projeto de desenvolvimento conservador e a corrente vinculada aos movimentos sociais e à crítica social nas academias. Resulta dessa movimentação ocorrida na década de 1980,

[...] a adoção de novo currículo que opera uma inflexão no perfil de profissional tecnocrata, cuja intervenção se fazia através de métodos de caso individual, grupos e comunidade, com o que se desencadeia um processo de construção de uma cultura crítica, tendo na pesquisa, o seu fundamento, e na produção do conhecimento inovador e contribuição com outras áreas do conhecimento, a sua expressão (GUERRA, 2011, p. 133).

O impulsionamento da produção dos cursos de pós-graduação do serviço social como uma característica da identidade profissional recém-elaborada culminou na atual predominância de pesquisas nos temas de políticas sociais e questão social¹⁰. O primeiro constitui um dos

¹⁰ Informações coletadas da plataforma Sucupira, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e publicadas no ano de 2016 apontam que 33 dos 34 programas de pós-graduação na área de serviço social estão, prioritariamente nas seguintes áreas: “[...] serviço social (61,76%), Política(s) Social(ais)/Políticas Públicas (23,52%), serviço social e Política Social (5,9%), Política Social e serviço social (2,94%), e Economia Doméstica (2,94%)” (PRATTES, CLOSS & CARRARO, 2016, p. 10). As autoras afirmam que “[...] a inclinação majoritária das áreas de concentração dos programas de serviço social, no Brasil, é para tema *Política (s) Social (is)/Políticas Públicas*, presente em 14 dos 21 PPGSS, seguido de *Direitos/Cidadania, Questão Social*, e, na sequência, por *Movimentos e Processos Sociais*” (PRATTES, CLOSS & CARRARO, 2016, p. 11. Grifos dos autores). Outro dado observado é que “[...] o tema Política (s) social(is)/Políticas Públicas figura como central, tanto nas áreas como nas linhas de pesquisa” (PRATTES, CLOSS & CARRARO, 2016, p. 14). A temática aparece em vinte e oito programas.

principais campos de trabalho de assistentes sociais, enquanto o segundo está na gênese do serviço social enquanto uma especialização do trabalho social. Todavia, considerando que ambos os temas são conceptualizações que foram incorporadas à realidade brasileira a partir de experiências e de ideias produzidas nos países europeus, é relevante o questionamento se esses estudos estão devidamente vinculados aos traços constitutivos da formação do país, sob o risco de ignorá-los. Em específico, cabe indagar em que medida a questão racial é considerada na produção acadêmica do serviço social¹¹. As questões elencadas na primeira parte do texto nos oferecem algumas pistas para pensar esse assunto. Porém, algumas peculiaridades do processo de consolidação do serviço social como área do conhecimento merecem nossa atenção.

A primeira refere-se ao distanciamento do serviço social das condições reais e objetivas de movimentação dos atores sociais, ocorrido no contexto de elaboração das novas bases para a profissão sob as referências teóricas e ideológicas do pensamento marxiano. Isso teria produzido limites à compreensão da dinâmica das classes sociais no cenário de integração do país à economia mundial pela via da estratégia desenvolvimentista, e distorções quanto à noção de transformação social consolidada na categoria. Segundo Alves (2014):

A aproximação das/os assistentes sociais junto das experiências de lutas populares esteve na base histórica do processo em que se procurou afirmar a crítica social em termos teóricos e práticos no interior da profissão, no entanto, quando se instituiu o projeto de ruptura com o tradicionalismo profissional a perspectiva de transformação social se consolida no serviço social latino-americano muito mais a partir das elaborações teóricas e ideológicas firmadas no ‘marxismo tradicional’ do que efetivamente em reais bases históricas que apontem nesta perspectiva. Isto pode ser verificado no processo em que o trabalho social com comunidades desloca seu foco dos movimentos sociais para as políticas sociais, a partir de 1964, conforme analisou Maria Luiza de Souza em seu livro *Desenvolvimento de Comunidade e Participação*, publicado em 1989 (ALVES, 2014, p. 11).

A autora afirma, com base na leitura de E. T. Thompson, que a vinculação do projeto profissional do serviço social brasileiro com o projeto proletário, nos anos 1980, aconteceu quando as formas de luta desse segmento da classe trabalhadora já estavam adaptadas aos limites da sociabilidade capitalista na modernidade e, por isso, não a contestavam. Além do esgotamento das experiências de luta das massas auto-organizadas, naquele momento, também o potencial revolucionário das lutas do proletariado havia chegado a um quadro de impasse, “[...] sobretudo num contexto em que a possibilidade de relativa emancipação pela via do trabalho e dos direitos havia se esgotado, em decorrência dos limites produzidos pela já instalada crise estrutural do capital” (ALVES, 2014, p. 13-14). Na medida em que aspectos históricos e locais da dinâmica capitalista escaparam a análise do serviço social, as possibilidades de transformação social para a categoria redundaram na disputa pelo Estado, numa perspectiva social-democrata. O que explica a relevância atribuída às políticas sociais: essas são vistas como mecanismo de redistribuição da riqueza social acumulada.

¹¹ Considerando que os rumos da produção intelectual do serviço social impactam diretamente nas escolhas dos conteúdos da formação profissional, os resultados de pesquisas sobre a incorporação da questão racial em disciplinas que compõem os currículos das unidades de ensino nos oferecem um alicerce para pensar a indagação acima. Um exemplo é o estudo feito por Roseli Rocha (2014) com o objetivo de analisar a inserção da temática étnico-racial nos currículos de 25 cursos de graduação filiados à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) até 2013. Ao identificar que desse total apenas 39 disciplinas faziam referência à temática, Rocha (2014) aponta para uma realidade que carece ser decifrada. Seria essa uma consequência da falta de referências específicas do serviço social? Se sim, por que isso ocorre?

Assim sendo, a perspectiva de transformação social produzida pelo serviço social brasileiro foi vinculada à 'luta por direitos', sem que se produzisse no interior da profissão uma elaboração sobre as mudanças operadas nos processos de dominação social, cujo modo impessoal e objetivo, é prevacente na realidade brasileira pós-1964. Tudo indica que, na ausência de experiências de resistência às formas de dominação abstrata, o serviço social firmou a perspectiva de transformação social na ideologia produzida pelo marxismo tradicional (ALVES, 2014, p. 16).

A relação apontada por Alves entre a relevância dada pelo serviço social aos referenciais teóricos importados e o enfraquecimento do trabalho com comunidades e lideranças locais durante o processo de reelaboração dos fundamentos profissionais significou a escolha por uma atuação que fosse eficiente no controle das camadas proletarizadas - uso das políticas sociais como instrumento de transformação social -, e o distanciamento de formas de intervenção com maior potencial de organização política das classes oprimidas, no contato direto com as demandas mais orgânicas da população. O que, certamente, repercutiu na produção acadêmica da área.

A segunda peculiaridade que destacamos vai ao encontro da primeira: a negação da questão racial como elemento fundamental da questão social brasileira. Considerando os impactos da incorporação de referenciais teóricos importados sem as devidas mediações, e da importância atribuída à luta por direitos para a formação do perfil profissional de assistentes sociais, existe alguma chance de que o modo como a questão social tem sido pensada desde então contenha algumas lacunas. Desvinculá-la da questão de raça pode ser uma delas. Afinal, a raiz colonial e o modo de produção escravista são elementos que escapam da maioria das formulações da questão social brasileira, sendo tratada de forma marginal. Ao recorrermos à conceituação de Iamamoto (2001), percebemos que as relações étnico-raciais não foram apartadas da ideia de questão social produzida pelo serviço social após a década de 1980, o qual se aproxima dos referenciais teóricos marxistas e reivindica para si certa condição hegemônica entre os/as assistentes sociais.

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade do homem - o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como seus frutos. É indissociável da emergência do 'trabalhador livre', que depende da venda da sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa portanto *disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais, e formações regionais*, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal (IAMAMOTO, 2001, p. 16-17, grifo do autor).

Contudo, se observarmos o capítulo um do livro *Relações sociais e serviço social no Brasil*, escrito em parceria com Raul de Carvalho, a origem escravista da produção social no Brasil é citada apenas para justificar que essa etapa do desenvolvimento histórico seria evitada. A alegação dos autores para evitar esse período histórico foi formulada nos seguintes termos: "Nosso interesse se centra num momento em que a constituição desse mercado [de trabalho nos moldes do capitalismo] está em pleno amadurecimento nos principais centros urbanos" (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 125). Logo, o tema é abordado sem explorar as consequências do sistema colonial para a constituição dos elementos formadores da realidade social no país.

Se a questão social está diretamente relacionada à produção de desigualdades sociais pela superexploração do trabalho no sistema capitalista, como admite a categoria profissional, no caso brasileiro, ela é indissociável da questão racial, haja vista que o desenvolvimento capitalista no país transformou negros e indígenas nos grupos étnico-raciais que historicamente são mais afetados pela pobreza extrema gerada pela exploração do trabalho. O estabelecimento do modo de produção escravista, durante o período colonial, foi determinante para o arranjo das relações sociais, para a formação do mercado de trabalho no país – no qual o negro é marginalizado desde o início –, e conseqüentemente, para a distribuição da riqueza social. A força de trabalho de negros e negras esteve na base desse modo de produção até que os meios modernos de produção exigiram a estruturação de um mercado de trabalho ao qual não foram integrados. A transição entre o modo de produção escravista e o processo de industrialização propiciou a formação do espaço urbano caracterizado, entre outros elementos, pela miséria dos desempregados ou subempregados, grupo que os ex-escravizados passaram a compor. Esses foram associados à delinquência e à marginalidade, e tornaram-se alvo das ações do Estado e do trabalho de assistentes sociais.

Alguns elementos históricos da trajetória de profissionalização do serviço social, apontados por Gonçalves (2018), nos ajudam a pensar o lugar ocupado pela questão racial na produção de conhecimentos sobre a questão social.

Na gênese do serviço social, na década de 1930, esta população permaneceu escanteada. Diluída na condição de pobre e miserável, tornou-se objeto de uma caridade que, mais do que flertar, estabeleceu ligações perigosas com a política eugenista do Estado brasileiro. Produto histórico das relações sociais, a profissão esteve estreitamente vinculada às ideias da classe dominante e reproduziu ou reforçou o status quo. De um lado, recebeu investidas eugenistas sob o argumento de que, para assegurar moralmente o destino da comunidade nacional, era preciso contribuir para melhorar a raça. De outro, e sem sair do universo ideológico conservantista, a categoria se viu sob o manto do mito da democracia racial, ideologia responsável por propagar a ideia de uma escravidão branda e de uma convivência pacífica entre os povos, não havendo, portanto, no Brasil um problema negro, como se reconhecia existir em outros países. Em ambos os casos, de harmonia entre as raças e de eugenia, os(as) primeiros(as) assistentes sociais não perceberam que o nó da questão social, núcleo elementar da profissão, residia justamente na ofuscada questão racial (GONÇALVES, 2018, p. 515).

Um último destaque que se conecta com os anteriores é a compreensão da classe trabalhadora pela profissão. Afinal, se a história dos negros na sociedade brasileira é de não absorção pelo mercado de trabalho e de sobrevivência em atividades informais de trabalho, isso significa que essa população não foi considerada, de imediato, objeto das políticas sociais projetadas para amenizar as carências dos trabalhadores empregados; mas alvo de medidas violentas de repressão do Estado devido a seu caráter *desajustado*. Sendo assim, a classe trabalhadora, capaz de enfrentar os capitalistas e transformar a realidade pela via da luta por direitos, não era formada por negros e negras. Gonçalves (2018) sintetiza o problema:

Para a visão turva do serviço social acerca das relações étnico-raciais talvez tenha contribuído uma certa tradição marxista que considerava que os problemas raciais se resolveriam por meio da luta dos(as) trabalhadores(as) em geral. O problema é que esta formulação, demasiada abstrata, não percebeu que o racismo estava entranhado no seio da classe trabalhadora não negra, que viu vantagens em se identificar com o ex-senhor de escravos (GONÇALVES; GÔES, 2017, *apud* GONÇALVES, 2018, p. 520).

Embora os apontamentos elencados neste texto convergirem para a identificação dos desafios a serem superados pela profissão, a fim de que a produção acadêmica do serviço social contemple o problema racial no país, a recente ampliação das pesquisas nesse tema por assistentes sociais significa que já há o enfrentamento de limites que cerceiam o movimento de construção do conhecimento na área¹². Porém, simultaneamente ao aumento da produção sobre o negro no serviço social, cabe pensar se esse movimento tem resultado em uma expansão dos horizontes teóricos e metodológicos dessa profissão, ou seja, se junto com o interesse pelo tema racial as e os pesquisadoras/pesquisadores da área estão enfrentando as questões que por muito tempo criaram a lacuna que se tenta preencher, ou se o que ocorre é mais um movimento de seguir tendências, de estar nivelado com o que há de atual no cenário acadêmico.

Considerações finais

Embora a questão racial não esteja mais submersa nas águas da produção acadêmica do conhecimento, torná-la visível é um movimento que levanta questões diversas sobre a constituição e o alcance das estruturas do racismo e sobre como eliminá-las. Isso não só de forma geral, mas também tendo-se em vista as condições particulares da sociedade brasileira. Enquanto uma área específica do conhecimento acadêmico que emerge do processo de modernização nacional, o serviço social está sujeito ao universalismo abstrato e ideológico, e ao racismo que compõem as estruturas das relações capitalistas. Ajudam a compreender essa configuração alguns aspectos do movimento de resignificação das práticas e dos fundamentos teórico-metodológicos do serviço social, entre os anos 1970 e 1980, assim como certos traços do desenvolvimento histórico e cultural do país. Destaca-se, a este respeito, o que podemos chamar de uma apropriação muito direta, abstrata e formal das fontes do pensamento marxista, sem que se considerasse suficientemente as particularidades do desenvolvimento socioeconômico e cultural brasileiro. A isso se somou ainda uma aproximação das causas da classe trabalhadora politicamente organizada que não incluía as demandas e interesses dos negros que ocupavam as periferias das cidades.

A contribuição do serviço social para a elaboração dos saberes acadêmicos começou a ser construída a partir de condições históricas e de escolhas teóricas que neutralizaram a particularidade dos negros na constituição das relações sociais, reforçando, portanto, a naturalização da pobreza, da miséria e da discriminação racial. Apesar da construção de um código de ética que apresenta como princípios a defesa dos direitos humanos, a consolidação da cidadania, da equidade e da justiça social, o repúdio ao preconceito e o respeito à diversidade, o serviço social que avançou após a década de 1980 às vezes permaneceu estagnado em relação a alguns aspectos da crítica da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo em que as elites nacionais conservadoras repõem a herança colonial escravocrata a todo momento, o que contribuiu para que a questão racial fosse interpretada como um problema menor no campo dos saberes formadores da profissão.

¹² De 2014 a 2020 a questão étnico-racial esteve entre as temáticas de cinco importantes periódicos do serviço social: “Em 2014, a revista *Temporalis* lançou dois números, v. 14, n. 27 e v. 14, n. 28, intitulados ‘Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades’. Três anos depois, em 2017, a *Ser Social*, v. 19, n. 41, publicou o dossiê ‘Questão Étnico-Racial, Estado e Classes Sociais’. Em 2018, ano que marcou os 130 anos da abolição da escravatura, a *Revista Katálysis*, v. 21, n. 3, publicou o dossiê ‘Serviço Social: gênero, raça/etnia, gerações e sexualidade’. No mesmo ano, o periódico *Serviço Social & Sociedade* dedicou seu n. 133 à temática étnico-racial. A *Revista Em Pauta*, organizou dois dossiês, n. 45 e n. 46, intitulados ‘Questão Étnico-Racial e Antirracismo’ em 2020” (GONÇALVES, 2021, p. 74).

Referências

ALMEIDA, S. L. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALVES, A. A. Educação popular, movimentos sociais e serviço social em tempos de barbárie. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18300/9528>. Acesso em: 20 de abril de 2020.

BEST, B.; BONEFELD W.; O’KANE C. Introduction: Key Texts and Contributions to a Critical Theory of Society. In: BEST, Beverley; BONEFELD, Werner; O’KANE, Chris (ed.). **The SAGE Handbook of Frankfurt School Critical Theory**. London: SAGE Publications, 2018. p. 1-16.

GONÇALVES, R. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez., p. 514 – 522, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v21n3/1982-0259-rk-21-03-00514.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

GONÇALVES, R. Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento: contribuições para o combate à tríade capitalismo-patriarcado-racismo. In: ABRAMIDES, M. B. (org.). **Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos**. São Paulo: Educ, 2021, p. 73-86.

GUERRA, Y. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Serviço social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 715-736, out./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n104/o8.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

GUERRA, Y. A pós-graduação em serviço social no Brasil: Um patrimônio a ser preservado. **Temporalis**, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 11, n. 22, p.125-158, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2141>. Acesso em: 16 abr. 2020.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n. 3, p. 9-32, jan./jun. 2001.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2006.

MOURA, C. O racismo como arma ideológica de dominação. **Princípios**, São Paulo, n. 34, 1994. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/revistas/principios/pdf/o34.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

PRATES, J. C.; CLOSS, T. T.; CARRARO, G. Programas de Pós-Graduação em serviço social no Brasil: tendências das áreas de concentração, linhas de pesquisa e disciplinas. **Serviço social em Revista**, Londrina, v. 18, n. 2, p. 5-33, jan./jun. 2016. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/23716>. Acesso em: 26 abr. 2020.

ROCHA, R. A inserção da temática étnico-racial no processo de formação em Serviço Social e sua relação com a educação antirracista. In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGHETTO, M. L. (orgs.). **Movimentos sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 295-311.

SAFATLE, V. A descolonização da filosofia da história. In: BUCK-MORSS, S. **Hegel e o Haiti**. São Paulo: N-1 edições, 2017, p. 9-12.

SCHWARZ, R. Nacional por subtração. In: SCHWARZ, R. **Que hora são?: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 29-48.

SCHWARZ, R. Um seminário de Marx. In: SCHWARZ, R. **Sequências brasileiras: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 86-105.

Juliana Viana FORD Trabalhou na concepção, na redação do artigo e na aprovação da versão a ser publicada. Graduada em Serviço Social, Mestre em Serviço Social. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP-Franca/SP). Membro do Grupos de Estudos “Filosofia, Arte e Política” (FIAPO). Bolsista CAPES-DS.

Gustavo José de Toledo PEDROSO Trabalhou na concepção, na revisão crítica. Graduado em Filosofia. Doutor em Filosofia. Prof.º da Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP-Franca/SP). Coordenador do Grupo de Estudos “Filosofia, Arte e Política” (FIAPO).

Fernanda Andrade GARCIA Trabalhou na redação do artigo. Graduada em Serviço Social. Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP-Franca/SP). Membro do Grupo de Estudos “Filosofia, Arte e Política” (FIAPO).
